



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

ENTRE A POESIA E A CIÊNCIA: UMA CRÍTICA A HISTÓRIA EM KEITH JEKINS

Rafael Felipe de Almeida

Resumo: Nossa pesquisa visa fazer uma reflexão crítica sobre a contribuição do historiador britânico Keith Jenkins em seus dois importantes ensaios sobre teoria da história: *A História Repensada* (2001) e *A História Refigurada* (2005) para com a transformação da História como ciência em um processo que destaca a narrativa e cuja centralidade não está mais nos critérios da objetividade, não obstante, desloca-se para a narração e a construção de uma operação historiográfica baseada na hermenêutica textual. Inspirada pela contribuição de Hayden White e pelo “giro linguístico”, consideramos que a produção de Keith é uma síntese do pensamento que podemos chamar de pós-moderno.

Palavras-chave: Pós-modernidade; Relativismo; Narrativa; Teoria da História.

1. Introdução

Esta pesquisa tem como ponto de partida a necessidade de analisar os fundamentos teóricos e metodológicos da produção do conhecimento histórico. Bem como, a avaliação dos paradigmas da modernidade e reconhecimento de como a Pós-Modernidade, como um paradigma, consiste em um ataque a racionalidade, a ciência e a objetividade, categorias fundamentais a teoria histórica.

Para tanto, realizamos uma análise das obras do historiador britânico devido a sua relevância teórica e, principalmente, por ser um exemplo singular de tal produção, visto que o autor é um defensor da transformação da História em uma forma de narração sobre o fato. Influenciado pelas leituras de Hayden White, Jenkins pretende transformar o método de construção do conhecimento histórico em um processo narrativo centrado no discurso e na “construção do fato”.

O trabalho a seguir pretende, também, analisar quais os aspectos da produção historiográfica do historiador inglês contribuem para a constituição do que conhecemos por paradigma pós-moderno. Destacando, nesse sentido, aspectos como o antirrealismo, o subjetivismo, a fragmentação, a narrativa e a prioridade hermenêutica sobre o fato,



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

transformando ou negando aspectos fundamentais do conhecimento histórico, tais como a objetividade, a totalidade, a ciência e a racionalidade.

Segundo a historiadora Margareth Rago, o historiador britânico se propõe a “fazer uma crítica às sínteses totalizadoras” que foram feitas pela historiografia até aquele momento. Para isso, ele faz uso de um acúmulo de discussões que tem como ponto de partida o teórico Hayden White e o debate de historiografia como várias formas de narrar.

O teórico defende a tese de que é preciso pensar a História como um constructo linguístico, assim é necessário que seja considerada na forma narrativa, em histórias, não no singular, mas no plural. Ele afirma:

“Leve em conta que a ‘história’ são na realidade ‘histórias’, pois nesta altura já deveríamos parar para pensar na história como se ela fosse uma coisa simples e bastante óbvia, e reconhecer que existe uma multiplicidade de tipos de história, cujo único traço em comum é que pretendem investigar ‘o passado’” (JENKINS, 2011, p.19).

Percebemos que o autor nega a objetividade dos processos históricos concretos. Portanto, elabora um questionamento ao processo do fazer histórico e de sua escrita (historiografia), como um processo temporal acabado. Ademais, Jenkins defende uma grande liberdade para o processo de interpretação. Não obstante, ele pressupõe que esse passado em si não seja concebido, pois se encontra apenas como um texto.

“Não quero dizer com isso que nós simplesmente inventamos histórias sobre o mundo ou sobre o passado (ou seja, que travamos conhecimento do mundo ou do passado e então inventamos narrativas sobre ele), mas sim que a afirmação é muito mais forte: que o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a ‘realidade’” (JENKINS, 2011, p. 29).

A tarefa do historiador, para o pensador, seria conciliar entre o passado e o discurso histórico, logo acrescenta que o principal objetivo é trabalhar com um discurso aberto, pois a representação/apresentação do pesquisador em História é sempre falha. Aqui que percebemos a influência de teóricos do desconstrucionismo e da teoria do giro linguístico, como Hayden White, La Capra ou Jacques Derrida na produção de Jenkins. Como se percebe nessa passagem:



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

“Consequentemente, o principal objetivo deste texto é tentar trabalhar o discurso da história na direção desse tipo de democracia radical e aberta, que entende a impossibilidade de instituir um fechamento histórico/historicizante total do passado, ao mesmo tempo que reconhece que suas formas refiguradas de conceber – ou seja, figurar – as coisas ‘nunca terão sido boas o suficiente’ – e que é a mais desejável” (JENKINS, 2014, p.14).

No fundo, o processo epistemológico que está por trás dessas mudanças sedutoras do discurso da pluralidade, que transforma a História, como uma ciência, em histórias, como narrativas, são reconfigurações epistemológicas, que tem por característica central a transformação da natureza racional e objetiva da pesquisa historiográfica. Assim sendo, o relativismo passa a ser uma régua de mensuração dos processos produtivos, visto que é possível construir um discurso historiográfico que toma por base a descrição do fato histórico partindo de um pressuposto eminentemente subjetivo. Logo, a perda do horizonte do objetivo, na pesquisa histórica, apresenta-se como central na obra de Jenkins.

A pesquisa a seguir, possui como objetivo, compreender o aspecto da desconstrução do fato histórico como uma particularidade da objetividade. Assim, problematizamos como esse aspecto é relevante para a perda do horizonte da ciência e da racionalidade, elementos que podem ser extremamente perigosos para a reflexão de historiografia.

Nesse sentido, a nossa pesquisa emana de um debate conceitual e bibliográfico de um importante quadro teórico sobre o paradigma da pós-modernidade e como este transformou, radicalmente, a natureza do conhecimento historiográfico. Assim, alguns pressupostos são fundamentais, tais como o debate sobre o método da História e a diferença entre o discurso histórico e a ficção.

2. Desenvolvimento

Para iniciar a discussão sobre o método da História e a diferença entre discurso histórico e ficção, tendo como fonte principal de análise a obra de Jenkins, começaremos partindo do que nos diz o historiador Eric Hobsbawm:

“A outra é a ascensão das modas intelectuais ‘pós-modernos’ nas universidades ocidentais, particularmente nos departamentos de literatura e antropologia, as quais implicam que todos os ‘fatos’ com existência pretensamente objetiva não passam de construções intelectuais – em resumo, que não existe nenhuma diferença clara entre fato e ficção. Mas existe, e para



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não”. (HOBSBAWM, 1997, p. 17).

Para o estudioso inglês, a História apresenta três problemas centrais: o epistemológico, o metodológico e o ideológico. Diferenciaremos cada uma das proposições enumeradas por Jenkins, autor aqui analisado, de forma segmentada.

Sobre a questão epistemológica, primeiro atentaremos a um importante elemento para o britânico: é preciso diferenciar o passado e a História. Pois, o conhecimento histórico é circunstancial e limitado, como se observa no excerto a seguir: “Portanto parece óbvio que todo conhecimento é provavelmente circunstancial e elaborado por historiadores que trabalham sob todo tipo de pressuposto e pressão, coisas que, é claro não atuam sobre as pessoas do passado” (JENKINS, 2011, p. 30).

Uma segunda questão que ele levanta é a fragilidade epistemológica da História, pois aponta que é impossível ao historiador compreender a totalidade histórica, como afirma: “[...] nenhum historiador consegue abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, porque o ‘conteúdo’ desses acontecimentos é praticamente ilimitado” (JENKINS, 2011, p. 30). Além disso, acrescenta que outro problema da historiografia é não conseguir recuperar o passado tal qual ele foi.

Comprendemos que é importante, inicialmente, debater sobre a concepção de totalidade em Jenkins. O autor deixa implícito que compreende a categoria totalidade como a soma das múltiplas partes determinantes. No entanto, ressaltamos que a totalidade na compreensão dialética hegeliana-marxista parte de outra implicação. Na compreensão marxista, é necessário compreender uma totalidade concreta, ou seja, não uma reprodução total de todos os processos históricos, mas partir de um todo para chegar as partes, assim compreender o que circunscreve o todo sem necessariamente esquecer uma relação do particular e do todo. Para Marx, em *Gundrisse* é o concreto é compreendido como uma síntese das múltiplas relações. Ademias, faz-se necessário entender o concreto pensado. Não obstante, também é fundamental investigar para além dos elementos subjetivos, atentando para os elementos da objetivação.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

Ainda sobre os aspectos epistemológicos que Jenkins apresenta, é evidente que não é possível determinar o passado realmente como ele foi. Mas é possível determinar pontos essenciais sobre esse passado e reconstruí-los. Assim ele aponta:

“Julgamos a ‘precisão’ dos relatos de historiadores vis-à-vis as interpretações de outros historiadores, e não existe nenhuma narrativa, nenhuma história ‘verdadeira’, que, ao fim, nos possibilite confrontar todos os outros relatos com ela – isto é, não existe nenhum texto fundamentalmente ‘correto’ do qual as outras interpretações sejam apenas variações; o que existe são meras variações” (JENKINS, 2011, p. 32).

O segundo aspecto que o historiador apresenta como problemática é a metodologia. Nesse ponto, Jenkins afirma que há um problema com as fontes, pois defende que o historiador deve ser um narrador, ou seja, “a história depende dos olhos e da voz de outrem; vemos por intermédio de um intérprete que se interpõe entre os acontecimentos passados e a leitura que deles fazemos” (JENKINS, 2011, p. 23).

Assim, percebemos que a visão do autor é de uma considerável subjetividade e as fontes não podem impedir a liberdade total e as infinitas interpretações possíveis. Como se nota também nesse trecho:

“Portanto, talvez possamos ilustrar como um exemplo mais simples esses argumentos de que as fontes impedem a liberdade total do historiador e, ao mesmo tempo, não fixam as coisas de tal modo que se ponha mesmo fim a infinitas interpretações” (JENKINS, 2011, p. 33).

Observamos que o historiador inglês conclui que o problema metodológico está diretamente ligado um processo relativista de análise de documentações. Ademais, esta concepção de História defendida por ele, parte de um pressuposto que o elemento interpretativo, narrativo, é o determinante na produção historiográfica, assim, existe uma perda da objetividade concreta. Contudo, questionamos: se não existe uma objetividade concreta e as fontes não contribuem para a determinação da historiografia, em que se fundamenta a pesquisa história? A resposta é óbvia em uma narrativa subjetivista que não apresenta critérios nítidos de comprovação.

O último aspecto que Keith Jenkins expõe é uma crítica a questão da verdade, pois alega que a verdade é uma questão ideológica definida pela posição (político e intelectual) do historiador e ao seu processo de escrita sobre a historiografia. Nesse sentido, a verdade, perde o horizonte da objetividade, visto que, a mesma é apenas uma



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

abstração condicionada aos elementos da intencionalidade do historiador. Essa é uma acepção problemática, tendo em vista que a ausência de uma objetividade constitui uma possibilidade de uma narrativa relativista, perigosa tanto politicamente quanto teoricamente, já que não apresenta aspectos de centralidade objetiva.

Concluimos que, para o historiador, os conceitos são apenas expressões das abordagens constituídas para cada uma das narrativas. Eles aparecem como impessoais e objetivos, mas, como ele ressalta, essas características não se provam na prática.

“Ora, por certo é verdade que, em todos os tipos de história, deparamos continuamente com os supostos ‘conceitos históricos’ (por não serem denominados ‘conceitos de historiadores’, eles parecem impessoais e objetivos, como se pertencessem a uma história que, de algum modo, surgiu por geração espontânea.) E não é só isso: com bastante regularidade, tais conceitos são chamados os ‘alicerces’ da história. Trata-se de coisas como, por exemplo, tempo, prova/corroboração, empatia, causa e efeito, continuidade e mudanças e etc” (JENKINS, 2011, p. 38).

Keith Jenkins defende que História e historiografia são sinônimos, principalmente, após argumentar sobre o elemento profissional acadêmico do historiador, assim acrescenta que, apesar de tentar construir uma imparcialidade científica, essa busca seria inalcançável, pois não é possível um “distanciamento” entre o estudioso e a construção de uma narrativa sobre o que aconteceu. Todavia, acreditamos que é importante apontar que essa aproximação conceitual tem um papel retórico para tentar escapar dos reducionismos que é reduzir os processos vividos e as experiências humanas e relatos sobre tais processos. Logo, explicitamos que humanos são sempre mais complexos que nossa compreensão sobre os mesmos. Por isso, tal equalização emana de uma justificação da tese narrativista, eliminando a esfera do vivido e legitimando as múltiplas narrativas.

“Porque, embora a esmagadora maioria dos historiadores de carreira se declare imparcial, e embora de certa maneira eles realmente consigam um ‘distanciamento’, é ainda assim esclarecedor ver que esses profissionais nem de longe estão fora do conflito ideológico e que eles até ocupam posições bem dominantes dentro de tal conflito – em outras palavras, é esclarecedor ver que as histórias ‘profissionais’ são expressões de como as ideologias dominantes formulam a história em termos ‘acadêmicas’” (JENKINS, 2011, p. 44).

Por mais que o autor de História Repensada queira argumentar que existe um problema no processo de construção de uma historiografia acadêmica e que este



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

pressupõe um conjunto de relações de poderes, inclusive ideológicas, igualar História e historiografia apresenta um sério problema e ainda mais grave.

Jenkins se ancora no filósofo francês para retomar o debate da “verdade como um constructo de linguagem”. Assim, ele acrescenta que nada na cultura é natural, logo a verdade é um elemento cultural do ocidente, então, não é possível nenhum fundamento para os absolutos platônicos. Portanto, afirma:

“Somos a-morais, céticos, irônicos, temporais; nossa cultura é tudo isso. Somos parceiros na incerteza; surpreendemos a verdade, saímos em seu encaço e descobrimos que se tratava de um signo linguístico, um conceito. A verdade é uma figura de retórica cujo quadro de referências não vai além de si mesma, incapaz de aprender o mundo dos fenômenos: a palavra e o mundo, a palavra e o objeto, continuam separados” (JENKINS, 2011, p. 57).

A verdade passa a ser uma representação do que foi discutido que Ludwig Wittgenstein como “jogo de linguagem”. Portanto, ele expressa que a verdade é um constructo, cujo objetivo é estabelecer limites para a narrativa ou uma forma de evitar a desordem. Ou seja, nessa concepção, a verdade serve como um mecanismo de restrição da liberdade, assim, a verdade, como ele afirma: “[...] fica na dependência de alguém ter poder para torná-la verdadeira” (JENKINS, 2011, P. 30).

Outro aspecto relevante, que o teórico britânico aponta, é a questão da parcialidade, pois, em sua análise, a objetividade da ciência positiva é inalcançável, já que o passado é constituído como um texto, então, não há crítica que não seja um intertexto. Logo, podemos observar:

“Está claro que isso se aplica à história como discurso. Se o passado é um texto (repleto de ‘velhos’ textos) para ser lido e receber significado (lembra mais uma vez a paisagem lida como geografia), então cabem as críticas aos limites de qualquer textualidade” (JENKINS, 2011, p. 61).

Não obstante, a redução do passado a uma forma narrativa (um texto), nos parece extremamente problemática, visto que, reduz o conjunto das experiências a um texto, ou seja, limita completamente a ação dos indivíduos e dos sujeitos.

Ele amplia que este processo se estende à questão da interpretação, pois argumenta que os historiadores partem de um texto estabelecido, não do fato em si, mas desde uma forma textual predeterminada. Fundamenta-se em um artigo de Robert Skidelsky para defender que: “o relativismo não representa ameaça para a discussão



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

disciplinada de um corpus basicamente consensual e que valores e interpretações em comum predominam na maioria de ‘nossas’ interpretações do passado” (SKIDELSKY, 2009, p. 34).

Assim, podemos perceber que, para Jenkins, a historiografia não passa de uma produção textual com base em um consenso e valores interpretativos, o que seria extremamente arriscado, pois o relativismo e esse consenso podem quebrar com a objetividade de acontecimentos. Compreendemos que a noção de consenso como mediação está relacionada à teoria de Habermas no Agir-Comunicativo, todavia, nos questionamos: como seria a construção de um consenso em um regime autoritário e fechado? A inexistência de critérios objetivos definidos ou sua substituição pela formulação de um consenso produz um enorme problema relativista.

Para Jenkins, é preciso também atentar para uma questão que lhe é central: a empatia. Assim ele propõe:

“Aqui, a questão básica é saber se a empatia (a afirmação de que precisamos nos por no lugar de pessoas do passado, dar-nos conta de suas dificuldades e pontos de vista, para assim adquirir uma compreensão histórica real, ou seja, ver o passado do ponto de vista do próprio passado) é realmente possível” (JENKINS, 2011, p.68).

Esse questionamento é respondido por ele próprio, em sua negação. Para ele, seria impossível ter uma compreensão histórica real do passado, já que existem, em seu entendimento, quatro problemas, dois filosóficos e dois práticos. O primeiro é que não é possível entrar na cabeça de uma pessoa, nem mesmo de uma pessoa próxima, tampouco as mais distantes. O segundo problema é que não conseguimos sair das determinações do presente para compreender o passado por si. Assim, o autor acrescenta que o historiador vivencia o “paradoxo ontológico dos pretéritos”, o historiador “volta ao passado” despojando-se de tudo aquilo do presente, logo isso não é possível.

Outros problemas são: o historiador acrescenta são de ordem prática. Pois, afirma que existem dois problemas. O primeiro é que o historiador trabalha com pressupostos epistemológicos, metodológicos e ideológicos que não podem ser esquecidos para o fazer histórico, assim, “eles afetam o espírito do historiador”. O segundo problema apontado pode ele são as múltiplas possibilidades de interpretações,



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

ou seja, uma guerra pode ser vista tanto por vencedores, quanto por derrotados, o que implica em limites para uma empatia do estudioso.

Para Jenkins, os problemas da natureza da História estão relacionados à questão dos corolários, da problemática da verdade. Estaria nisto, o locus de todo o debate. Contudo, acrescento que o problema central seria a questão do paradigma sobre o conhecimento entre o sujeito e o objeto. O resgate dessa problemática introduzido pela modernidade ainda não foi esgotado. Assim, sobre essa natureza o historiador coloca:

“Debatem se o historiador pode adquirir conhecimento de maneira objetiva e por meio de ‘práticas apropriadas’ ou se esse conhecimento é intersubjetivo e interpretativo; se a história está livre de juízos de valor ou se é sempre posicionada ‘para alguém’; se a história é inocente /pura ou ideológica, se é imparcial ou parcial, se é fato ou fantasia”. (JENKINS, 2011, p.89)

Com isso, por mais que feito de maneira rebuscada e bastante atrativa, o historiador não conseguiu escapar do problema central que apontou e não conseguiu concluir que é a categoria da verdade e sua negação.

Por fim, Keith Jenkins acrescenta sua posição diante de tais problemáticas:

“Por conseguinte, em relação aos debates, precisei argumentar que nos escapa a verdade (ou verdades) do passado; que a história é intersubjetiva e ideologicamente posicionada; que a objetividade e a imparcialidade são quimeras; que a empatia é um conceito viciado; que ‘original’ não significa necessariamente genuíno; que a história não é arte nem ciência, mas uma coisa diferente – uma coisa sui generis, um jogo de linguagem que não está para brincadeiras, que está localizado no tempo e no espaço e no qual as metáforas da história como ciência, ou da história como arte, refletem justamente a distribuição de poder que põe essas metáforas no jogo” (JENKINS, 2011, p. 90).

É nesta síntese acima que podemos perceber a posição do autor e enquadrá-lo no campo de historiadores que defendem um quadro teórico pós-moderno.

Nesse sentido, é preciso estabelecer os elementos centrais do paradigma da modernidade que estabelece um padrão distinto do que foi proposto por Jenkins. Portanto, realizamos uma revisão teórica e metodológica para analisar a construção do paradigma moderno.

Precisamos identificar quais as perspectivas teóricas de mudanças propostas pela pós-modernidade para as Ciências Sociais de maneira geral e, especificamente, quais possuem uma intervenção no processo de elaboração do método historiográfico. Assim,



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

pretendemos diagnosticar algumas das principais características desse paradigma, contudo, devido a sua complexa heterogeneidade, não nos será capaz abarcar a totalidade destas.

“Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou fundamentos definitivos de explicação” (EAGLETON, 1998, p. 7.).

Partiremos da citação acima do crítico Terry Eagleton, que sistematiza as principais características do pós-modernismo. Pois, para entender o mesmo, é necessário compreender o papel do “giro linguístico” nos anos 70, que proporcionou um conjunto de transformações na natureza da produção do conhecimento, já que a razão perde a centralidade no referencial metodológico e este é destinado à linguagem. Assim, a objetividade dos fatos perde sua importância para dar lugar a uma subjetividade relativista, que se fundamenta, não no próprio fato, mas na representação do fato. Contextualizando este período, Chasin afirma ser o momento da “equivalência de leitura”:

“O culto ao texto preencheria assim uma função ambivalente de toda utopia: prover-nos de uma imagem frágil de uma liberdade que outra forma deveríamos de comemorar, mas, ao fazê-lo confiscar algumas das energias que poderíamos ter investido na sua efetiva realização” (EAGLETON, p.26).

Sobre os aspectos da concepção de História, realizamos uma leitura com base em Eagleton:

“Tais disciplinas [Ciências Sociais] são entendidas como algo a abordar só hermeneuticamente. Em outras palavras, não haveria História e, sim, histórias “de” e “para” determinados grupos definidos por das posições – constituídas, estas, ‘lugares de onde se fala’ –, o que significa que, ao escrever, um historiador se dirigia, na realidade, a um destes grupos, aquele que partilhe com ele as premissas que constroem o seu discurso” (EAGLETON, p. 84).

Acreditamos que, devido à considerável heterogeneidade e pulverização do paradigma que ficou conhecido por pós-modernidade, torna-se complexo estabelecer uma definição irrefutável, logo, os próprios teóricos, que elaboraram uma crítica a este movimento, não apresentam consenso entre todos os aspectos de elaboração e conceituação. Assim, ao fazer o balanço sobre a tarefa árdua em estabelecer uma definição da pós-modernidade, não queremos afirmar que seja impossível, mas devido suas várias formas e expressões torna-se confuso e complexo resumir.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

3. Considerações Finais

A produção historiográfica de Jenkins é um exemplo, singular, do que podemos chamar de uma historiografia pós-moderna. Não obstante, acreditamos que essa produção historiográfica constitui como um problema de duas naturezas: uma política e outra epistemológica.

Do ponto de vista político, cabe refletir que este projeto é construído a partir de uma análise fragmentada dos fatos históricos. Visto que, que pressupõe a negação da categoria da totalidade, não sendo possível refletir sobre os aspectos da História Total. Logo, é inviável uma concepção global de transformação, ou mesmo um projeto holístico de transformação radical da História. Nesse sentido, não é possível estabelecer um projeto de ruptura, assim, permanece o *establishment* existente.

Enquanto no aspecto epistemológico, ocorre a negação de um projeto de ciência para a consolidação de uma narrativa, baseada no discurso e na constituição de uma historiografia que pressupõe uma estruturação com base na construção do processo criativo, estabelecendo-se a partir da “construção do fato”. Nesse sentido, a perda da objetividade e o antirrealismo dessa concepção distancia a História e a construção de histórias (narrações).

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *As origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANDERSON, Perry. *O Fim da História: De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Caxias do Sul: EDUSC, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *História e Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

BICCA, Luiz. *Racionalidade Moderna e Subjetividade*. São Paulo: Loyola, 1997.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Maria Lúcia Garcia Pallares. *As muitas faces da História: Nove Entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Escola dos Annales: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

BUNGE, Mário. *Epistemologia*. São Paulo: EDUSP, 1980.

BUNGE, Mário. *Teoria e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CALLINICOS, Alex. *Contra o Post-modernismo*. Santiago de Compostela: Laiovento, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de Metodologia*. São Paulo: EDUSP, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DEHIL, Antônio. *Cultura Historiográfica: Memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSP, 2002.

DEHIL, Antônio. *Vinho Velho em Pipa Nova: o pós-moderno e o fim da História*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. *De onde vem os pós-modernos? In: FOSTER, John Bellamy e WOOD, Ellen Meikins. Em defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FONTANA, Josep. *História dos homens*. São Paulo: EDUSP, 2004.

FONTANA, Josep. *História análise do passado e projeto social*. São Paulo: EDUSP, 1998.

FONTANA, Josep. *História depois do Fim da História*. São Paulo: EDUSP, 1998.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 FAEC/UECE - CRATEÚS

- HARVEY, David. *A condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernidade: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 2006.
- JAMESON, Fredric. *Modernidade Singular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- JAMESON, Fredric. *Virada Cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem: Teorias do Pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2013.
- JENKINS, Keith. *A História reapresentada*. São Paulo: Contexto, 2014. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2013.
- LYON, David. *Pós-Modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.
- LYORTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.
- MARCONDES, Danilo. *A Verdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. São Paulo: Vozes, 2016.
- MALERBA, Jurandir. *Lições de História: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV, 2013.
- PALMER, Bryan B. *Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista*. In: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, Jhon Bellamy. *Em defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- REIS, J.C. *História e Teoria*. Porto Alegre: FGV, 2012.
- REIS, J.C. *O lugar central da Teoria: Metodologia na cultura Histórica*. São Paulo: Autêntica, 2019.
- ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *A historiografia no século XX*. São Paulo: EDUSP, 2018.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: Uma teoria da História como ciência*. Curitiba: UFPR, 2016.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.



XIX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - CE

TERRA DE LUTAS, SEMENTE DE HISTÓRIAS!

02 A 05 DE JULHO DE 2024 **FAEC/UECE - CRATEÚS**

SPÍNDOLA, Pablo e SANTOS, Wagner Geminiano dos. *Teoria da História e História da historiografia dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2018.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1982.

VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Porto: Edições João Sá da Costa, 1985.

WHITE, H. *A meta-história: A imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

WHITE, H. *Os Trópicos do Discurso*. São Paulo: EDUSP, 2014.

WOOD, Ellen Meiksins e FOSTEN, Jhon Bellamy. *Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.